

TRABALHO E CAPITAL MONOPOLISTA PARA OS ANOS 90: UMA RESENHA CRÍTICA DO DEBATE SOBRE O PROCESSO DE TRABAIHO*

PETER MEIKSINS**

Tradução: João Roberto Martins Filho

A publicação do livro de Harry Braverman *Trabalho e capital monopolista*, em 1974, foi sem dúvida um dos acontecimentos intelectuais mais importantes dos últimos vinte anos (1). O livro rapidamente se firmou como leitura obrigatória entre a esquerda, tomando-se uma das mais citadas obras contemporâneas da literatura marxista (apenas equiparado, talvez, por *A formação da classe operária inglesa*, de E. P. Thompson). Além disso, *Trabalho e capital monopolista* logo "cruzou" o mundo acadêmico, renovando o interesse na história e na sociologia do trabalho e estabelecendo a agenda para toda uma geração de historiadores e sociólogos do trabalho. Braverman iniciou o que veio a ser conhecido como o "debate sobre o processo de trabalho", reorientando, assim, o estudo do local de trabalho para questões como a natureza da qualificação e o aparente declínio do trabalho qualificado, as estratégias gerenciais de controle dos trabalhadores e a extensão e natureza da resistência operária a tais estratégias.

A despeito desse legado, é moda crescente hoje, mesmo na esquerda, desmerecer o livro como um beco sem saída nas análises sobre o local de trabalho. Chegou-se a cunhar o termo depreciativo "bravermania" para caracterizar boa parte do debate (2). E mesmo Paul Thompson, um dos praticantes mais notáveis da pesquisa sobre o processo de trabalho e autor de um livro valioso e muito citado sobre o tema, achou adequado dar a um

*Extraído de *Monthly Review*, 46 (6), novo 1994.

**Peter Meiksins é professor associado de Sociologia na Universidade Estadual de Cleveland, EUA.

1. Harry Braverman, *Labor and monopoly capital*, Nova York, Monthly Review Press, 1974.

2. Craig Littler e Graeme Salaman, "Bravermania and beyond: recent theories of the labor process", *Sociology* 16, n° 2 (1982):251-69; ver também Craig Littler, "The labor process debate: a theoretical review, 1974-1988", in *Labour process theory*, organizado por David Knights e Hugh Willmott, Londres, MacMillan, 1990, pp. 46-94.

ensaio recente sobre o debate o título "Salvando-se do naufrágio (3)".

Por que esse distanciamento em relação a Braverman? Em parte, isso reflete críticas à sua obra surgidas desde seu aparecimento, vinte anos atrás. Assim, ao refletir sobre o legado de *Trabalho e capital monopolista*, devemos avaliar a medida em que essas críticas efetivamente acertaram seu alvo, apontando para a necessidade de revisão ou mesmo rejeição dos argumentos centrais de Braverman. Entretanto, é também visível que a posição de se afastar de Braverman é em parte um reflexo de tempos mais conservadores e da . tendência geral, que atravessa o espectro político, a abandonar a economia política em benefício da cultura e a substituir análises fundadas na classe e no trabalho por estudos sobre discurso e identidade. Alguns críticos de Braverman fizeram o círculo completo, chegando à visão antes predominante sobre as relações no local de trabalho. Desse modo, é hora de voltar ainda uma vez à crítica que Braverman fez àquela visão anterior.

Críticas a *Trabalho e capital monopolista*

Apesar da extensão e da complexidade do debate sobre o processo de trabalho, as críticas ao livro concentraram-se num número relativamente pequeno de "falhas" importantes no trabalho original de Braverman.

1. A definição de qualificação

Um dos legados mais notáveis da publicação de *Trabalho e capital monopolista* foi o novo interesse pela natureza da qualificação no trabalho. Historiadores, sociólogos e outros reagiram rapidamente à análise sobre o trabalho qualificado desenvolvida por Braverman, produzindo um grande número de estudos sobre ocupações, o papel da qualificação no local de trabalho e os esforços dos empregadores para gerenciar os trabalhadores qualificados. Boa parte da literatura sobre o tema era de natureza altamente técnica e tendia a afastar o debate sobre o processo de trabalho do foco que Braverman fez cair na natureza do capitalismo e seus efeitos no local de trabalho, aproximando-o de questões como a aferição da qualificação (4). Mas essa discussão produziu duas posições críticas centrais sobre a abordagem de Braverman, que são importantes para afirmar o valor persistente das idéias desenvolvidas em *Trabalho e capital monopolista*.

3. Paul Thompson, "Crawling from the wreckage: the labor process and the politics of production", in *Labour process theory*, pp. 95-124.

4. Isso se aplica à grande parte da corrente sociológica dominante "inspirada" por Braverman. Ver Kenneth Spenner, "Deciphering Prometheus: temporal change on the skill level of work", *American Sociological Review* 48 (1983): 824-37.

Em primeiro lugar, vários autores indagaram se o conceito de qualificação de Braverman não é demasiado restritivo. Argumentam que essa visão foi desenvolvida em grande parte no contexto de seu estudo do trabalho manual, com a conseqüência de que ele tendia a conceber a qualificação como coisa puramente manual, manipuladora de objetos. À medida que a economia se deslocou para os serviços, diferentes tipos de qualificações no local de trabalho se tomaram mais importantes. Os estudos do trabalho em serviços interativos, por exemplo, identificaram qualificações interpessoais difusas como essenciais para o trabalho de comissários de bordo e vendedores de seguros (entre outros). Análises de gerentes defenderam igualmente que diferentes tipos de qualificações formam a base do trabalho nos escalões médios de gerência (5). Braverman não apenas ignora este tipo de qualificação, segundo tais críticos, como também, ao fazê-lo, superestima significativamente o grau em que a qualificação foi retirada dos trabalhos contemporâneos.

Um ponto correlato foi levantado pelas críticas feministas, para as quais Braverman e outros teóricos do processo de trabalho produziram análises parciais e distorcidas, baseadas em noções masculinas de qualificação (6). Uma conseqüência disso é que o caráter social da qualificação foi subestimado. Várias feministas defenderam que as qualificações femininas são amplamente ignoradas, tanto pelos teóricos do processo de trabalho como pelos empregadores, enquanto se atribui alta condição às qualificações masculinas. Em decorrência disso, muitas tarefas majoritariamente femininas, que requerem altos níveis de treinamento e capacitação, são habitual ou imprecisamente designadas como não qualificadas ou desqualificadas (7). Isso também obscurece as formas em que a qualificação, o gênero e o poder se entrecruzam; em alguns casos, a "qualificação" pode ser tanto uma forma de exclusão e/ou subordinação das trabalhadoras, como uma propriedade inerente de um trabalho ou uma proteção contra o controle gerencial.

2. Romantização da qualificação manual

5. Ver Robin Leidner, *Fastfood, fast talk*, Berkeley, University of California Press, 1993; Adie Russell Hirsch, *The managed heart*, Berkeley, University of California Press, 1983; Carol Axtell Ray, "Skill reconsidered: the deskilling and reskilling of managers", *Work and occupations* 16 (1989):65-79; Vicki Smith, *Managing in the corporate interest*, Berkeley, University of California Press, 1990.

6. Para bons exemplos da reação feminista a Braverman, ver Veronica Beechey, "The sexual division of labor and the labor process: a critical assesment of Braverman", in *The edegradation of work? Skill, deskilling and the labor process*, organizado por Stephen Wood, Londres, Hutchinson, 1982, pp. 5473; Jackie West, "Gender and the labor process: a reassessment", in *Labor process theory*, pp. 24473; ver também Cynthia Cockburn, *Brother*, Londres, Pluto Press, 1983.

7. Esse argumento tem óbvias implicações para discussões de políticas como as de merecimento comparativo. Ver Ronnie Steinberg, "The social construction of skill", *Work and Occupations* 17 (1990):449-82.

Braverman também foi questionado por supostamente "romantizar" a qualificação manual, contrapondo um local de trabalho mítico do século XIX, dominado majoritariamente por artesãos qualificados autônomos, a um local de trabalho do século XX, povoado por trabalhadores desqualificados que desempenham trabalho degradado e monótono. Isso seria ignorar a realidade do trabalho no século XIX, que não era exclusivamente artesanal. Os críticos acrescentam que os artesãos estavam longe de ser completamente autônomos, na medida em que os empregadores desenvolveram várias formas de controle do trabalho qualificado, antes do nascimento da gestão científica (8). Finalmente, as críticas feministas afirmaram que o retrato que Braverman faz do artesão subestima a relação entre artesãos homens e o trabalho doméstico não assalariado de suas mulheres. Também obscurece o papel desempenhado pelas qualificações socialmente construídas e pelos sindicatos organizados por ofício na exclusão das mulheres dos trabalhos mais bem pagos (9).

3. A degradação do trabalho

Talvez o ponto mais fortemente contestado no debate sobre o processo de trabalho diga respeito ao subtítulo de *Trabalho e capital monopolista*: "A degradação do trabalho na sociedade do século XX". O livro de Braverman foi amplamente interpretado como uma descrição da tendência de longo termo, no sentido da racionalização e da simplificação do trabalho e da necessidade estrutural do capitalismo em alcançar o controle sobre o trabalho, separando concepção e execução e simplificando as tarefas. Os participantes subseqüentes do debate sobre o processo de trabalho dividiram-se agudamente a respeito da questão de saber se essa era uma representação precisa do capitalismo do século XX.

Muitos estudos documentaram a tendência do capitalismo a degradar o trabalho. Isso foi particularmente verdadeiro no início do debate, como indicam os ensaios na coletânea de Andrew Zimbalist, publicada pela Monthly Review Press. Várias análises dos efeitos da nova tecnologia computadorizada sobre o trabalho tenderam a caracterizá-la como uma continuação do processo de desqualificação descrito por Braverman (10).

Entretanto, a tese de que há uma tendência capitalista de longo termo, no sentido da homogeneização e desqualificação do trabalho, foi contestada.

8. Ver Craig Littler, *The development of the labor process in capitalist societies*, Londres: Heinemann, 1982, capítulo I, para um exemplo desse tipo de crítica.

9. Ver as obras gerais sobre a teoria feminista citadas acima na nota 6. Ver Cynthia Cockburn, *Brothers*, para uma sofisticada defesa deste último ponto.

10. Andrew Zimbalist (org.), *Case studies on the labor process*, Nova York: Monthly Review Press, 1977. A literatura sobre tecnologia é extensa. Para exemplos típicos, ver Harley Shaiken, *Work transformed* (Lexington, MA: Lexington Books, 1994); e Barbara Garson, *The electronic sweatshop*, Nova York, Penguin Books, 1988.

Alguns argumentaram que Braverman e outros analistas do processo de trabalho ignoram a evidência histórica da persistência e sobrevivência do trabalho artesanal, mesmo no final do século XX. Tais críticos defendem que os artesãos são mais capazes de resistir do que Braverman pensava. Outros sugerem que qualquer declínio nos níveis de qualificação em ocupações tradicionais do trabalho manual pode ser compensado pela emergência de novas qualificações nos trabalhos de alta tecnologia, de serviço e de escritório. As novas tecnologias, embora às vezes utilizadas de forma desqualificadora, podem também, segundo alguns analistas, produzir efeitos qualificadores (pelo menos potenciais). Esse tipo de crítica foi ampliado por estudos macroeconômicos da estrutura ocupacional dos EUA, que sustentam a não existência de uma tendência nítida no sentido do declínio da qualificação, no conjunto da economia. Feitas as contas, esses críticos pintam um retrato alternativo do desenvolvimento histórico da qualificação, o qual sugere que o trabalho não está sendo "degradado" de maneira simples, linear (11).

Uma crítica alternativa da desqualificação feita por Braverman concentra-se em seu próprio conceito de qualificação. Uma visão defende que mesmo trabalhos "desqualificados" nas linhas de montagem e em outras formas de trabalho degradado envolvem consideravelmente mais qualificação e *knowhow* do que admite Braverman. Outros argumentaram que ele adota um conceito de qualificação puramente individual, desconsiderando o fato de que o processo de trabalho contemporâneo torna a produção um empreendimento coletivo, no qual a qualificação é incorporada num trabalhador coletivo complexo (isto é, uma rede de trabalhadores qualificados interligados no seio de uma complexa divisão de trabalho) [12].

4. Gestão científica como a lógica do capitalismo

Uma das críticas mais influentes de *Trabalho e capital monopolista* parte dessas idéias sobre a tese da "degradação". Para muitos críticos, Braverman vai muito longe ao igualar as técnicas de gestão científica ao

11. Ver Raphael Samuel, "The workshop of the world: steam power and hand technology in mid-Victorian Britain", *History Workshop Journal* 3 (1977):6-72; Roger Penn, *Skilled workers in the class structure*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984; Larry Hirschorn, *Beyond mechanization*, Cambridge, MA: MIT Press, 1984; Shoshana Zuboff, *In the age of the smart machine*, Nova York, Basic Books, 1988; Erik Olin Wright e Joachim Singlemann, "Proletarianization and the changing american class structure", in "Marxist inquiries: studies of labor, class and States", organizado por Michael Burawoy e Theda Skocpo; *American Journal of Sociology* 88, Suplemento (1982): 179-209; Russell Rumberger, "The changing skill requirements of jobs in the US economy", *Industrial and labor relations review* 34, n° 4 (1981):578-90.

12. Para a primeira, ver Ken Kusterer, *Know-how on the job: the important working knowledge of unskilled workers*, Boulder, Westview Press, 1978; para os últimos, ver Tony Elger, "Braverman, capital accumulation and deskilling", in Stephen Wood (org.), *The degradation of work*, pp. 23-53 (especialmente p. 45) e Peter Meiksins, "New classes and old theories: the impasse of contemporary class analysis", in *Recapturing marxism: an appraisal of recent trends in sociological theory*, organizado por Rhonda Levine e Terry Lembcke, Nova York, Praeger Publishers, 1987, pp. 37-63.

próprio capitalismo. As técnicas de racionalização e controle do trabalho, elaboradas por Taylor e seus seguidores, ainda que obviamente importantes para o desenvolvimento de muitos ambientes de trabalho, não estão presentes em todos os locais, nem há evidência de que estarão. Ao contrário, argumentam esses críticos, os capitalistas desenvolveram uma variedade de estratégias para controlar o trabalho, das quais o taylorismo é apenas uma, e não necessariamente a mais efetiva.

Assim, Andrew Friedman defende que existem efetivamente dois tipos principais de estratégia de controle capitalista, nos locais de trabalho contemporâneos: "controle direto" (envolvendo as técnicas de gestão científica) e "autonomia responsável" (na qual se permite aos trabalhadores níveis substanciais de autonomia e escolha no trabalho). Friedman não vê nenhuma tendência de longo termo no sentido de substituir a última pela primeira; ambas existem e continuarão a existir (13). Richard Edwards elabora uma visão mais histórica da evolução do processo de trabalho, sugerindo que os capitalistas desenvolveram uma seqüência de modos de controle em resposta às novas formas de resistência operária e às novas necessidades da produção. O controle simples (característica das pequenas oficinas) deu lugar ao controle técnico (a linha de montagem), que, por sua vez, cedeu lugar ao controle burocrático (os mercados de trabalho internos sofisticados das corporações modernas); a gestão científica, para Edwards, é uma forma transitória de controle que emergiu, à medida que os empregadores tateavam caminhos para solucionar os problemas do controle simples (14).

Mais recentemente, muitos autores apontaram para a transformação das organizações' como evidência de que as técnicas de gestão científica estão sendo superadas. Alguns afirmam que as formas contemporâneas de organização do trabalho (técnicas de gestão japonesas, qualificação flexível, etc.), bem como as novas tecnologias, estão revertendo tendências de longa duração ao conceder poder aos trabalhadores (pelo menos em certa medida). Outros sugeriram que por trás do "enxugamento" (*downsizing*) das empresas e da ampliação do uso da subcontratação, dos trabalhadores temporários e de tempo parcial, está uma nova forma de controle capitalista baseada nos mercados, ao invés de em mecanismos burocráticos diretos (15). Finalmente, houve quem defendesse que Braverman baseia seu argumento

L3. Andrew Friedman, *Industry and labor*, Londres, Macmillan, 1977.

14. Richard Edwards, *Contested terrain*, Nova York, Basic Books, 1979. Na mesma Linha, alguns autores destacaram que a gestão científica foi desenvolvida para implementar o "programa pleno" do taylorismo. Ver David Stark, "Class struggle and the transformation of the labor process", *Theory and Society* 9 (1980):89-130 e Peter Meiksins, "Scientific management and class relations: a dissenting view", *Theory and Society* 13 (1984):177-209.

15. Michael Piore e Charles Sabel, *The second industrial divide*, Nova York, Basic Books, 1984; Vicki Smith, *Managing in the corporate interest*.

demasiadamente no caso norte-americano, assumindo que todos os capitalismo são iguais. É possível que a gestão científica tenha dominado o local de trabalho nos EUA, mas isso não é válido para outros países capitalistas, com histórias, situações econômicas e relações de classe diferentes (16).

5. A questão da subjetividade

O papel da subjetividade na formação do processo de trabalho tem sido um tema consistente na crítica de *Trabalho e capital monopolista*. Muitos salientaram a ênfase auto-imposta de Braverman na "classe em si" em oposição à "classe para si", argumentando que ele separa artificialmente a subjetividade do processo de trabalho (17). Quase desde o início, o tema da subjetividade figurou com destaque no debate sobre o processo de trabalho; mesmo os mais entusiásticos colaboradores da coletânea de Andrew Zimbalist notaram o descaso de Braverman pela resistência, no nível das fábricas, aos esforços capitalistas de controlar a força de trabalho. Braverman contestou essas críticas, mas não conseguiu persuadir seus críticos de que ultrapassara a visão de "uma classe operária virtualmente inerte, incapaz de colocar problemas substanciais ao capital, seja na produção ou além dela (18)". Para os que o criticavam, isso representava uma tese implícita e equivocada de que a classe trabalhadora, sob o capitalismo monopolista, não era propensa a construir uma resistência efetiva ao capital; ela também ignorava, segundo eles, o papel que a resistência operária desempenhou ao condicionar, e com frequência efetivamente bloquear, os esforços dos capitalistas para controlar os trabalhadores (19).

O influente trabalho de Michael Burawoy representa uma segunda crítica à discussão de Braverman sobre a resistência operária e o processo de trabalho. Burawoy argumenta que o elemento central na formação das relações de trabalho é a "fabricação do consenso", isto é, a conquista da concordância dos trabalhadores com as condições de produção. Em *Manufacturing consent*, ele desenvolve uma visão do processo de trabalho moldada na dialética dos esforços capitalistas de direção dos trabalhadores e

16. Craig Littler, *The development of the labor process in capitalist countries*; Chris Smith e Peter Meiksins, "System, society and dominance effects in cross-national organizational analysis", *Work, employment and society* (no prelo).

17. Ver pp. 24-5 de *Trabalho e capital monopolista* para a explicação de Braverman sobre sua ênfase limitada.

18. Tony Elger, "Braverman, capital accumulation and deskilling", pp. 23-53, in *The degradation of work?*, organizado por Stephen Wood. A citação está à pág. 25. A resposta de Braverman apareceu em uma edição especial de *Monthly Review* 28:3 (1976):119-24.

19. Graeme Salaman move um argumento análogo com relação à perspectiva de Braverman sobre a subjetividade dos gerentes. Ele afirma que Braverman trata os gerentes como nulidades ou como implementadores mecânicos da "lógica" do capital. A visão de que há múltiplas estratégias gerenciais de controle sugere a necessidade de uma maior atenção à subjetividade gerencial e às reações criativas face às condições que eles encontram. Ver Graeme Salaman, *Working*, Londres, Tavistock, 1986, especialmente o capítulo 1.

na vontade operária de resistir a ela. A ordem negociada que daí resulta não é produto de nenhum dos dois processos; em vez disso, é uma espécie de difícil tréguia tática acertada entre as duas partes. A resistência operária, portanto, está diretamente envolvida na produção do processo de trabalho e, com efeito, tal resistência, num certo grau, é capaz de se acomodar às estruturas da produção capitalista.²⁰

6. Foco demasiado limitado ao plano da fábrica

Finalmente, vários críticos defenderam que a análise de Braverman concentra uma atenção muito limitada ao plano da fábrica. Ainda que a compreensão da dinâmica do conflito de classe e do funcionamento da economia capitalista deva envolver a análise das relações na fábrica, nada disso pode ser adequadamente entendido se não se considera o contexto político, econômico e ideológico mais amplo. Assim, John Kelly argumenta que o foco de Braverman exclusivamente no processo de trabalho reforça sua tendência a superestimar o grau em que os capitalistas adquiriram controle sobre a empresa. Ele nota que, além do conflito entre capital e trabalho, o capitalismo se caracteriza pelo conflito no seio do capital, que tende a minar o tipo de ordem capitalista estável supostamente antevista pela análise de Braverman do processo de trabalho (21). Michael Burawoy também moveu sua crítica inicial a Braverman numa direção relacionada. Em *The politics of production*, ele desenvolve a noção de "regime de fábrica", argumentando que o processo de trabalho deve ser entendido como parte de um todo maior, que inclui a concorrência das empresas no mercado, a reprodução da força de trabalho e a intervenção do Estado na economia. É esse todo mais amplo, e não as relações de trabalho apenas no seio da fábrica, que molda padrões de conflito e de resistência da classe operária (22).

Trabalho e capital monopolista para os anos 90

Os críticos de Braverman levantaram objeções legítimas a partes de sua análise e propuseram modificações importantes e úteis nos seus argumentos originais. É verdade, sem dúvida, que Braverman não nos ofereceu a palavra final sobre a natureza da qualificação e é provável que tenha exagerado a importância histórica da gestão científica. Ninguém pode ler as contribuições feministas ao debate sobre o processo de trabalho sem reconhecer que as qualificações são socialmente construídas e que o gênero

20. Ver *Manufacturing consent*, de Michael Burawoy, Chicago, University of Chicago Press, 1977. Para uma crítica, ver Dan Clawson e Richard Fantasia, "Review essay: beyond Burawoy: the dialectics of conflict and consent on the shop floor", *Theory and Society* 12:3 (1983):671-80.

21. Ver John Kelly, "Management's redesign of work: labor process, labor markets, and production markets", in David Knights et alii, *Job redesign*, Aldershot, Gower, 1985.

22. Michael Burawoy, *The politics of production*, Londres, Verso Books, 1985.

é um importante fator na determinação do que é "qualificação". Talvez também seja verdade que Braverman não prestou atenção suficiente à capacidade dos trabalhadores de resistir aos controles gerenciais e ao papel das forças fora da fábrica, na formação do processo de trabalho e nos conflitos a ele inerentes.

Contudo, nada disso torna os argumentos de Braverman equivocados ou irrelevantes, diante dos locais de trabalho contemporâneos. Se evitarmos o tipo de visão caricatural de *Trabalho e capital monopolista* que aparece com frequência nas discussões do processo de trabalho, e se nos lembrarmos do que exatamente ele disse e por que o disse, muitas dessas críticas podem ser facilmente reconciliadas com suas teses e intenções básicas. Considerem-se apenas alguns poucos exemplos da lista de críticas assinaladas acima. Como vimos, os críticos de Braverman apontam para a persistente existência do emprego autônomo e qualificado, ao rejeitar as visões de "desqualificação" do trabalho. Na verdade, como defendeu Paul Thompson com eloquência, ainda que Braverman e seus seguidores tenham exagerado a extensão em que a força de trabalho está sendo "homogeneizada", isso de forma alguma nega o fato de que a "desqualificação continue a ser a mais importante presença *tendencial* no interior do desenvolvimento do processo de trabalho capitalista (23)". É raro o trabalhador, em qualquer nível ou setor da economia, que não tenha experimentado alguma versão dessa tendência.

Da mesma forma, se observarmos com cuidado a atitude de Braverman diante do artesanato tradicional, há um sentido em que sua suposta romantização do artesão representa a força de sua análise, mais que uma fraqueza. Na introdução a *Trabalho e capital monopolista*, Braverman reconhece sua afeição pelo artesanato e afirma a esperança de que tenha evitado uma visão nostálgica dele. Mas, acrescenta,

... minhas perspectivas sobre o trabalho são governadas pela nostalgia de uma época que ainda não nasceu, na qual, para o trabalhador, a satisfação artesanal suscitada pelo domínio consciente e intencional do processo de trabalho será combinada com as maravilhas da ciência e a criatividade da engenharia, uma idade em que todos serão capazes de se beneficiar, em alguma medida, disso (24).

Em certa medida, talvez Braverman mitifique o trabalhador artesanal. Mas, ao fazê-lo, consegue identificar muitos dos elementos que deveriam ser incluídos num processo de trabalho não alienante (liberdade, comunidade, variedade, desafio, compromisso) [25].

23. Paul Thompson, *The nature of work*, pp. 118-19.

24. Harry Braverman, *Trabalho e capital monopolista*, p. 7.

25. Outra obra excelente, que adota um tom rapsódico similar na sua descrição das qualificações

Por fim, tem-se esquecido com frequência que um dos propósitos explícitos de *Trabalho e capital monopolista* era se opor à sugestão de que o marxismo foi superado porque dizia respeito apenas a um proletariado cada vez mais reduzido. Braverman dedica boa parte de seu livro a uma análise dos novos empregos em contextos de serviços, trabalhos de escritório e de tipo não industrial, defendendo que muitos deles podem e devem ser entendidos como de classe trabalhadora. Nesse sentido, é injusto acusar Braverman de ignorar seja os trabalhos das mulheres (uma vez que aqueles empregos são na sua maioria femininos), seja as formas de trabalho não-industriais. Mais importante, contudo, é a insistência de Braverman em que esses são empregos basicamente de "classe trabalhadora", como corretivo essencial à tendência predominante de enfatizar as diferenças entre tais trabalhos e as tarefas tradicionais da indústria. Embora haja diferenças óbvias que devem ser reconhecidas, a observação precisa de Braverman de que a maioria desses trabalhos é organizada numa base capitalista e estruturada por relações similares de controle e exploração ajuda-nos a explicar por que esses setores compartilham a experiência de desemprego e de emprego inseguro, ataques aos sindicatos, salários estagnados ou em declínio e "enxugamento" empresarial. Isso também nos auxilia a evitar a absurda tendência a concluir que vivemos agora em algum tipo de utopia pós-industrial, pós-capitalista, na qual as classes e o conflito de classes essencialmente desapareceram.

A análise de Braverman pode acomodar as idéias amiúde valiosas de seus críticos, no que tange à subjetividade e à resistência, à transformação econômica e à complexidade das relações capital-trabalho, precisamente porque *Trabalho e capital monopolista* é muito mais que um livro sobre a desqualificação. Seu feito principal foi restaurar a exploração, a classe e o conflito de classes no seu lugar central, na análise do trabalho sob o capitalismo. Como salientou Sheila Cohen, Braverman não descreve "um processo de trabalho sem destino", mas um processo de trabalho no qual a atividade de produzir bens e serviços úteis é constantemente formada e reformada pela necessidade de se apropriar do trabalho excedente e de acumular capital, pela relação estrutural entre trabalho e capital (26). A contínua reestruturação do local de trabalho (quer pela desqualificação ou por outros meios) é, para Braverman, um resultado inevitável da necessidade dos capitalistas de combater a resistência operária, de competir com outros capitalistas, de maximizar os lucros, de aumentar a produtividade, etc. Este é exatamente o ponto que procuraram destacar os

tradicionais e também obriga o leitor a pensar sobre os vínculos entre modelos passados e futuros, é *Working knowledge* de Doug Harper, Chicago, University of Chicago Press, 1987.

26. Sheila Cohen, "A labor process to nowhere?", *New Left Review* 165 (1987):34-50. Mark Wardell, "Labor and the labor process", in *Labor Process Theory*, pp. 153-76, defende a tese complementar de que a centralidade da relação capital-trabalho na análise de Braverman implica uma visão do processo de trabalho muito mais conflituosa do que admitem alguns de seus críticos.

críticos mais valiosos de Braverman, em algumas das questões discutidas acima.

Entretanto, nem todas as críticas podem ou devem ser incorporadas ao raciocínio de Braverman; cada vez mais, aqueles que defendem a necessidade de ir além dele recuaram para teses reminiscentes do estilo da inadequada sociologia industrial dos anos 60, das quais Braverman foi acertadamente crítico. Por exemplo, entre os que destacaram a necessidade de reintegrar a subjetividade à análise do trabalho está Graeme Salaman, que sugere ser necessário deixar de pressupor a natureza de classe das relações de trabalho, adotando, em vez disso, uma perspectiva na qual os atores "constroem" relações sociais no trabalho, com base em uma variedade de fatores sociológicos. Até mesmo os argumentos de Michael Burawoy, com respeito à fabricação do consenso, insistem no caráter contingente das relações de trabalho e em que os interesses de classe são "construídos" sobre um "terreno ideológico (27)". Tais argumentos aproximam-nos bastante de uma sociologia anterior e idealista, na qual os laços entre as características estruturais centrais do capitalismo, a estrutura do local de trabalho e o conflito social no trabalho são completamente cortados, resultando num mundo imaginário, onde interesses operários e capitalistas podem ser harmonizados e onde o conflito no trabalho pode ser representado como disfuncional e evitável (28).

As discussões sobre a reforma contemporânea dos locais de trabalho tomaram um rumo semelhante. Tornou-se muito comum para sociólogos, economistas e outros, mesmo os de esquerda, reivindicar que as reformas atuais representam uma guinada fundamental na organização da economia capitalista. Mudanças como as implícitas na "produção enxuta" de estilo japonês ou no tipo de organização a que se denomina, às vezes, especialização flexível são encaradas como passíveis de reverter a tendência tradicional de desqualificar e retirar franquias do trabalhador no seio da produção. São vistas como tentativas autênticas, com frequência baseadas em necessidade técnica ou econômica, de ampliar os poderes dos trabalhadores e de reduzir a distância social entre capitalistas e empregados (29).

Talvez seja sensato reconhecer que essas novas abordagens empresariais não são idênticas à gestão científica e que o capitalismo é talvez mais flexível do que sugeriram algumas das formulações originais de Braverman.

1. Michael Burawoy, *The politics of production*, op. cit., pp. 26-9.

2. Graeme Salaman, *Working*, capítulo I, especialmente pp. 25-34. Para os comentários de Braverman sobre as análises de classe subjetivistas, ver *Labor and monopoly capital*, pp. 28-9. 29. Ver, por exemplo, Michael Piore e Charles Sabel, *The second industrial divide*, Nova York, Basic Books, 1984; James P. Womack et alii, *The machine that changed the world*, Nova York, Harper Perennial, 1991; Thomas Kochan, *The transformation of american industrial relations*, Nova York, Basic Books, 1986; Barry Bluestone e Irving Bluestone, *Negotiating the future: a labor perspective on american business*, Nova York, Basic Books, 1992.

Mas é algo completamente diverso tratá-las como uma completa transformação do capitalismo, da demanda estrutural pela maximização do lucro, produtividade crescente do trabalho etc. Pois, como o notaram muitos, essas reformas têm um lado obscuro (sua fragilidade, sua tendência a serem manipuladoras, seus vínculos com o nascimento de estruturas salariais polarizadas, emprego estável etc.) que permanece inexplicado, a menos que se mantenha a insistência de Braverman na centralidade da relação exploradora capital-trabalho, na estruturação do trabalho. Na introdução a *Trabalho e capital monopolista*, Braverman comentava os esforços de reforma do "trabalho" vigentes nos anos 60:

Representam um estilo de gestão, mais que uma mudança autêntica na posição do trabalhador. Caracterizam-se por uma farsa estudada de "participação" operária, uma liberalidade gratuita de permitir que o trabalhador ajuste a máquina, substitua uma lâmpada, mude de um trabalho fracionado para outro e tenha a ilusão de tomar decisões, ao optar por alternativas fixas e limitadas concebidas por uma gestão que deliberadamente deixa matérias insignificantes abertas à escolha.³⁰

Nessa afirmativa, há uma lição importante para os estudiosos da reforma contemporânea do local de trabalho, na medida em que ela destaca com bastante clareza que há uma diferença entre mudar estilos de gestão e mudar a posição estrutural do trabalhador no seio da ordem capitalista. Braverman efetuou um avanço significativo com relação às análises prévias e enriqueceu grandemente o estudo do trabalho, ao defender essa tese em 1974. Hoje se torna rapidamente necessário afirmá-la outra vez, fazendo de *Trabalho e capital monopolista* um livro para *nossa* época.

3.Braverman, *Labor and monopoly capital*, p. 39.